

ANÁLISE MENSAL

FEVEREIRO
2022



**politica
por inteiro**

BALANÇO DE SINAIS
PÚBLICOS RELEVANTES
PARA A POLÍTICA
CLIMÁTICA E DE MEIO
AMBIENTE NO BRASIL



Índice

1. Executivo ▶
2. Legislativo ▶
3. Judiciário ▶
4. Amazônia ▶
5. Conjuntura ▶
6. Tendências ▶

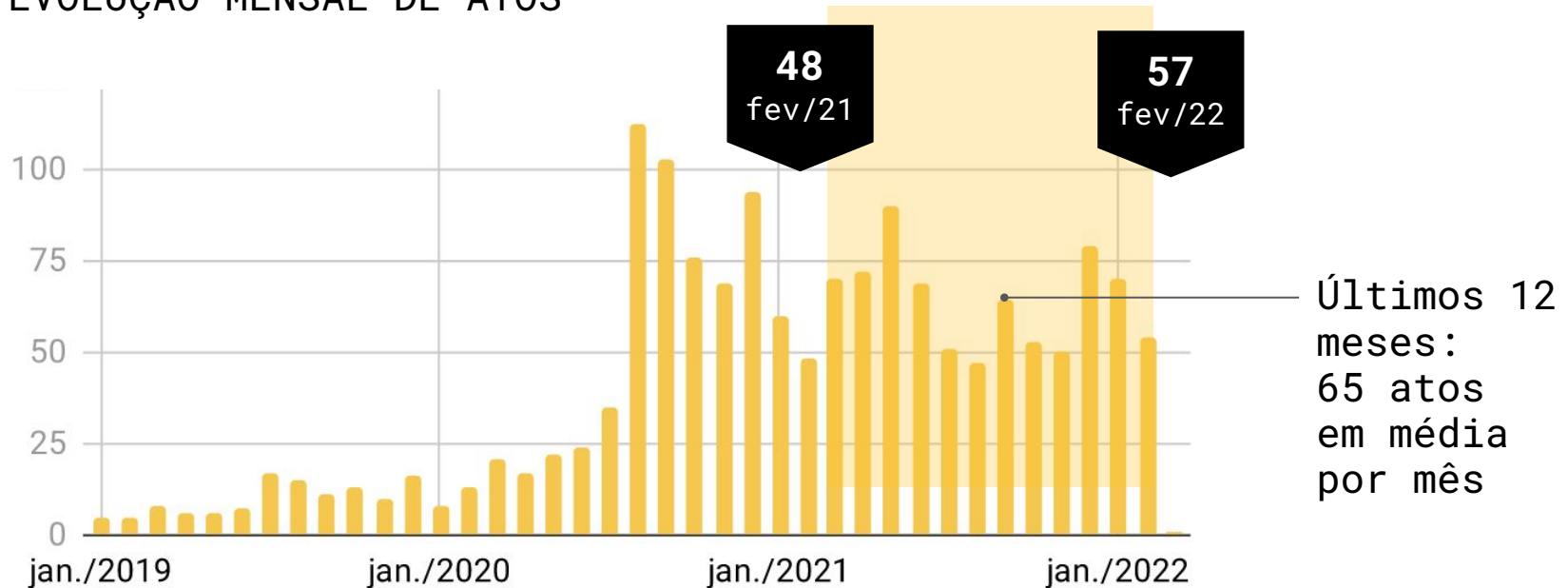
PODER EXECUTIVO FEDERAL

MONITORAMENTO DO DIÁRIO
OFICIAL DA UNIÃO

FOTO: ROBERT STUCKERT FILHO/PR

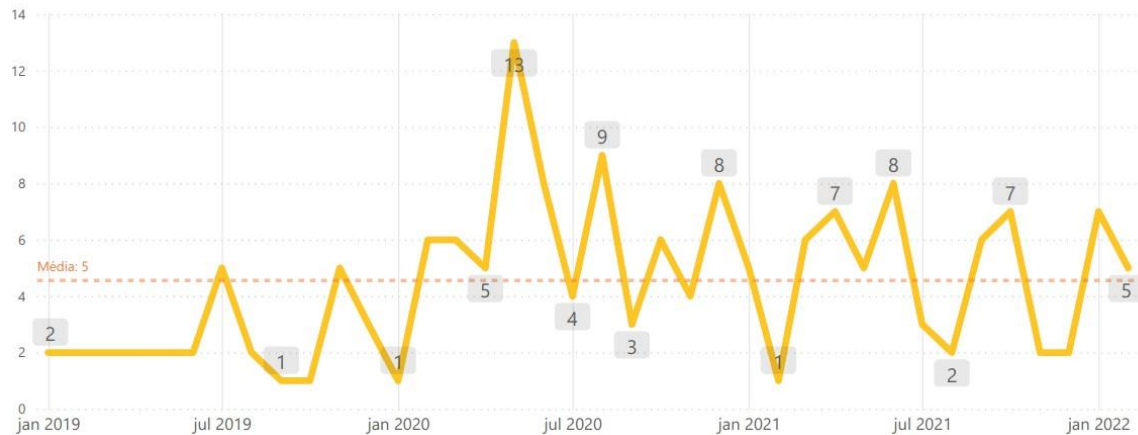
Em fevereiro, o Monitor de Atos Públicos captou **57 atos** relevantes às políticas ambiental e de mudança climática publicadas no Diário Oficial da União.

EVOLUÇÃO MENSAL DE ATOS



Tendência de alta

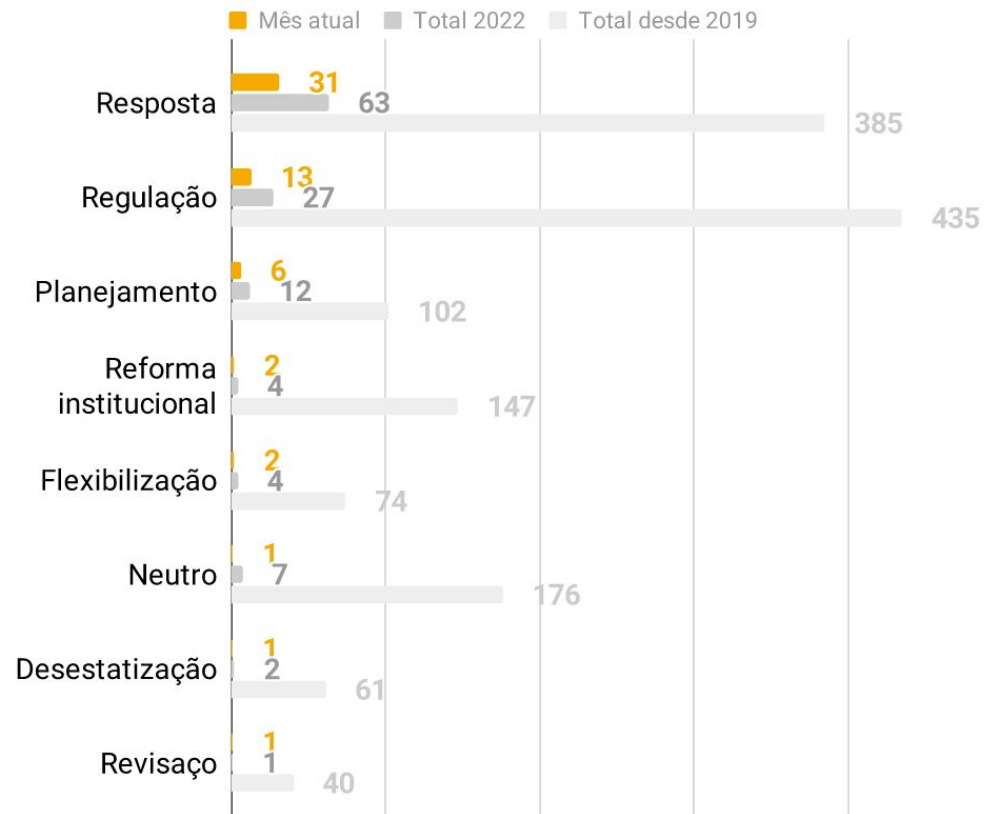
- Em comparação a janeiro (70 atos), houve 13 normas a menos – diferença atribuída à diferença no número de dias do mês.
- Mesmo que o valor seja abaixo da média mensal de 2021 (63 atos), a comparação com fevereiro anterior (48 atos) indica que seguimos uma tendência de alta.
- Houve 5 decretos presidenciais, normas superiores entre os atos infralegais e que têm se tornado mais volumosos desde maio de 2021. Em fevereiro do ano passado, havia sido editado somente 1 ato desse tipo. Esse aumento sinaliza que o governo federal está dando novas diretrizes às políticas, o que deve se refletir em outras normas, como portarias.



EVOLUÇÃO MENSAL
DE DECRETOS
PRESIDENCIAIS

ATOS DE FEVEREIRO POR CLASSE

- A distribuição entre classes foi bastante semelhante à de janeiro.
- Predominaram os atos de Resposta (31), novamente em função dos reconhecimentos de emergência, de Regulação (13) e de Planejamento (6).
- Houve Flexibilizações críticas.
- Não foi registrado ato de Desregulação.



EVOLUÇÃO DE ATOS POR TEMA

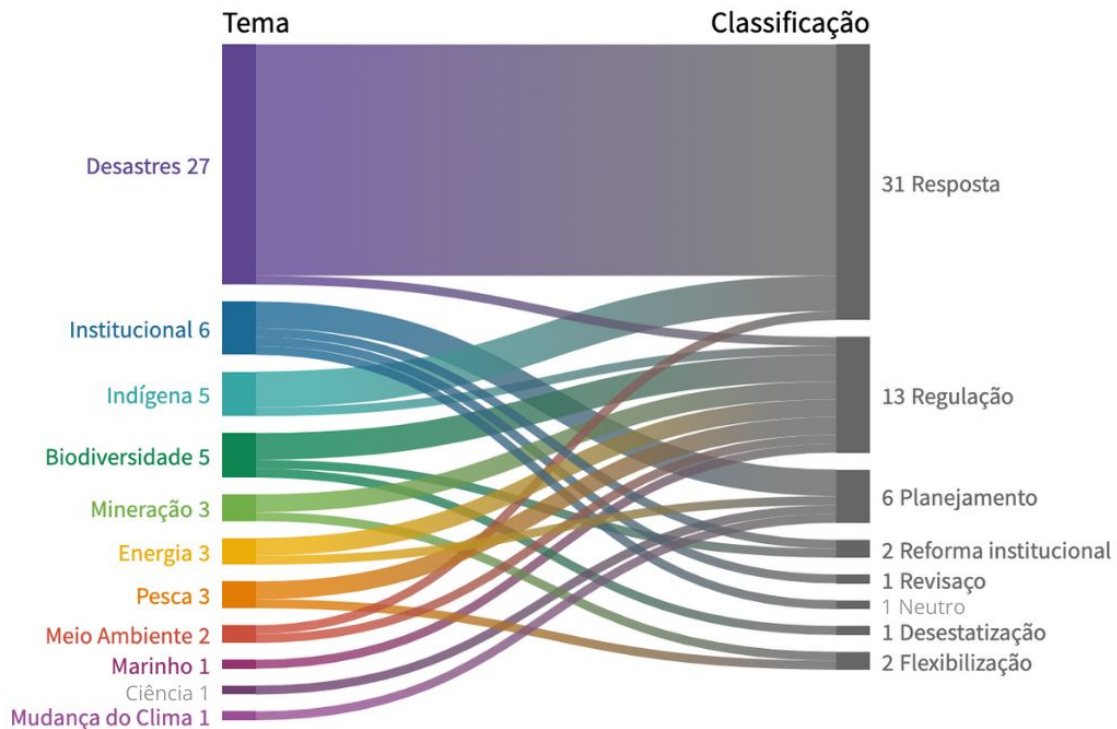
FEV
2022

	Ano 2020												Total anual	2021												Total anual	FEV 2022		Total anual	
	tema	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11		12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11		12	Total anual		1
Desastres								2	9	10	10	18	49	12	10	18	16	21	14	14	16	9	17	16	17	180	29	27	56	285
Institucional		1		1			1	4	18	17	23	24	89	8	13	12	16	25	8	11	8	15	4	9	5	134	3	6	9	232
Energia				3	4	2	6	6	17	5	5	13	61	7	3	4	5	13	10	6	8	9	2	3	10	80	10	3	13	154
Biodiversidade		1		2	2		3	16	1	8	10	7	50	3	3	5	8	12	6	2	1	11	8	4	11	74	11	5	16	140
Meio Ambiente	5	3	6		5	7	6	17	18	7	3	6	83	2	1	3	3	4	1		2		1	1	3	21	3	2	5	109
Pesca	3	1	9	5	2	3		3	2	1	4	8	41	5			3	4	8	6	3	4	3	2	5	43	5	3	8	92
Amazônia		2	2	3	4	5	3	4	1	8	6	2	40	6	2	3	7		3	5		3	1	1		31				71
Agricultura		1	1		2	1	2	4	4		1		16	3	5	4	3		2		1	1	5	3	4	31				47
Marinho		2						26	1	3	2	2	36	1	1	2	1	1	2			2				10	1		1	47
Indígena				1							3	2	7	1	2	1	4	4	2	2		2	3	2	4	27	4	5	9	43
Mineração					4	2	3	4			1	3	17	4	1	4	1	3	3		1				3	20	1	3	4	41
Terras		1	1	1			1	1	1	5		3	14	1	3	5	1	2	3	2		1	3	2	2	25	1		1	40
Mudança do clima			1				3			2	2	2	11	1		2	3			2		3	2	5	5	23		1	1	35
Águas							3	3	7	1		1	15			5			3	1	2	1	2		1	15				30
Ciência								11	9	2		2	24		1							2			1	4	1	1	2	30
Florestas		1			2	1	3	7	1	1		1	17	1		1				1		1	2	1	4	11				28
Poluição										3	1		4					1			2	1	1	1	4	10	2		2	16
Transporte			1				1		1	3	1		8	2	1	1	1				1	1	1			8				16
Antártica								4					4	1					2			1				4				8
Turismo					1					2			3	2	2											4				7
Cidades				1			2				1	1	5																	5
Quilombolas																								1		3				3
Total mensal	8	13	21	17	22	24	35	112	103	76	69	94	594	60	48	70	72	90	69	53	47	65	54	50	80	758	70	57	127	1479

Temas e classes

Temas mais frequentes do mês:

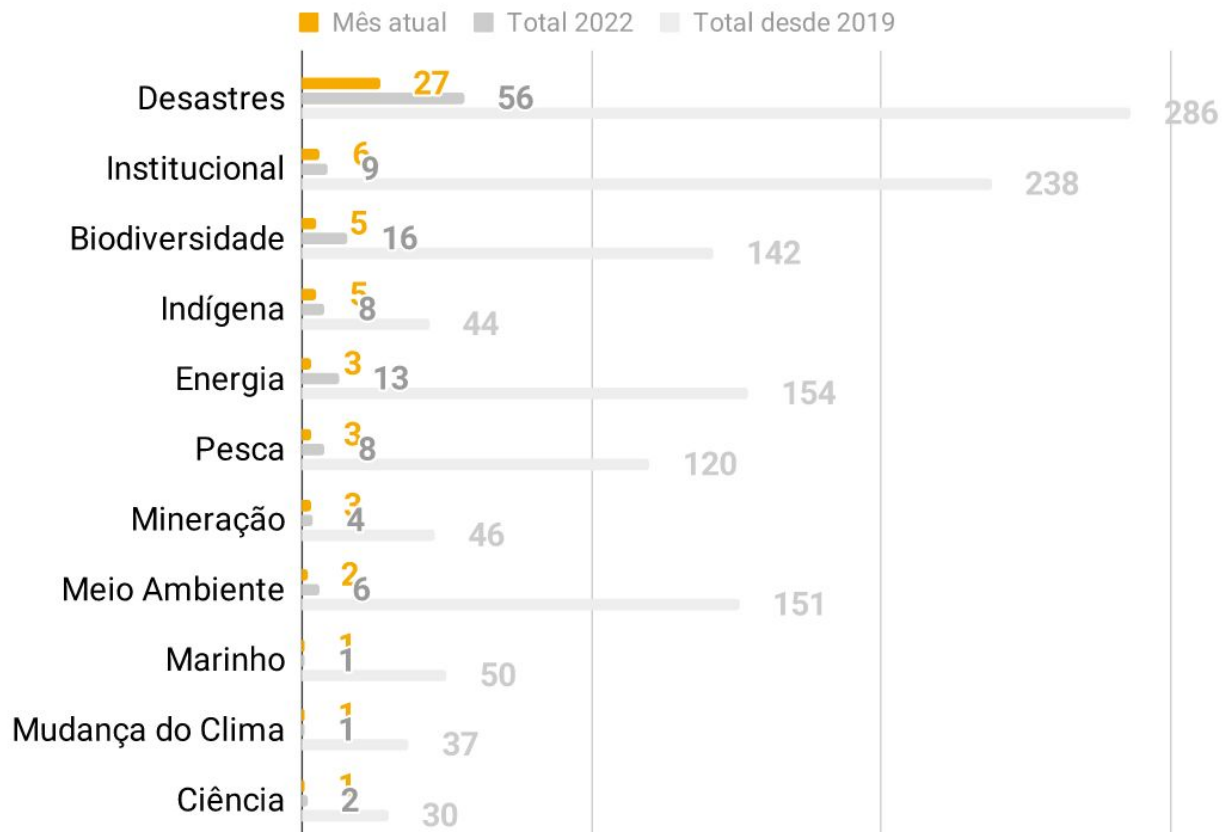
- 1. Desastres (27):**
Reconhecimento das declarações de emergência.
- 2. Institucional (6):** Aprovação de planos e alteração de conselhos.
- 3. Biodiversidade e Indígena (5):** Conflitos em Terras Indígenas; Normas para Unidades de Conservação



Destaques nas classes mais frequentes do mês

- **Resposta:** Reconhecimentos de emergência e calamidade pública; Emprego e Prorrogação da Força Nacional de Segurança Pública - FNSP em Terras Indígenas.
- **Regulação:** Aprovação do Plano Nacional Anual de Proteção Ambiental (PNAPA); Criação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala (Pró-Mape).
- **Planejamento:** Plano de Dados Abertos (IBAMA); Agenda Legislativa Prioritária do Governo Federal 2022; Nomeação dos membros da Comissão Técnica do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima e o Crescimento Verde.
- **Flexibilização:** Simplificação da liberação de atividades minerárias; Facilitação da exportação de cotas de barbatanas da espécie de Tubarão *Isurus oxyrinchus*

ATOS DE FEVEREIRO POR TEMA



PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

Desastres

PORTARIA Nº 260, DE 2 DE FEV. DE 2022 REGULAÇÃO

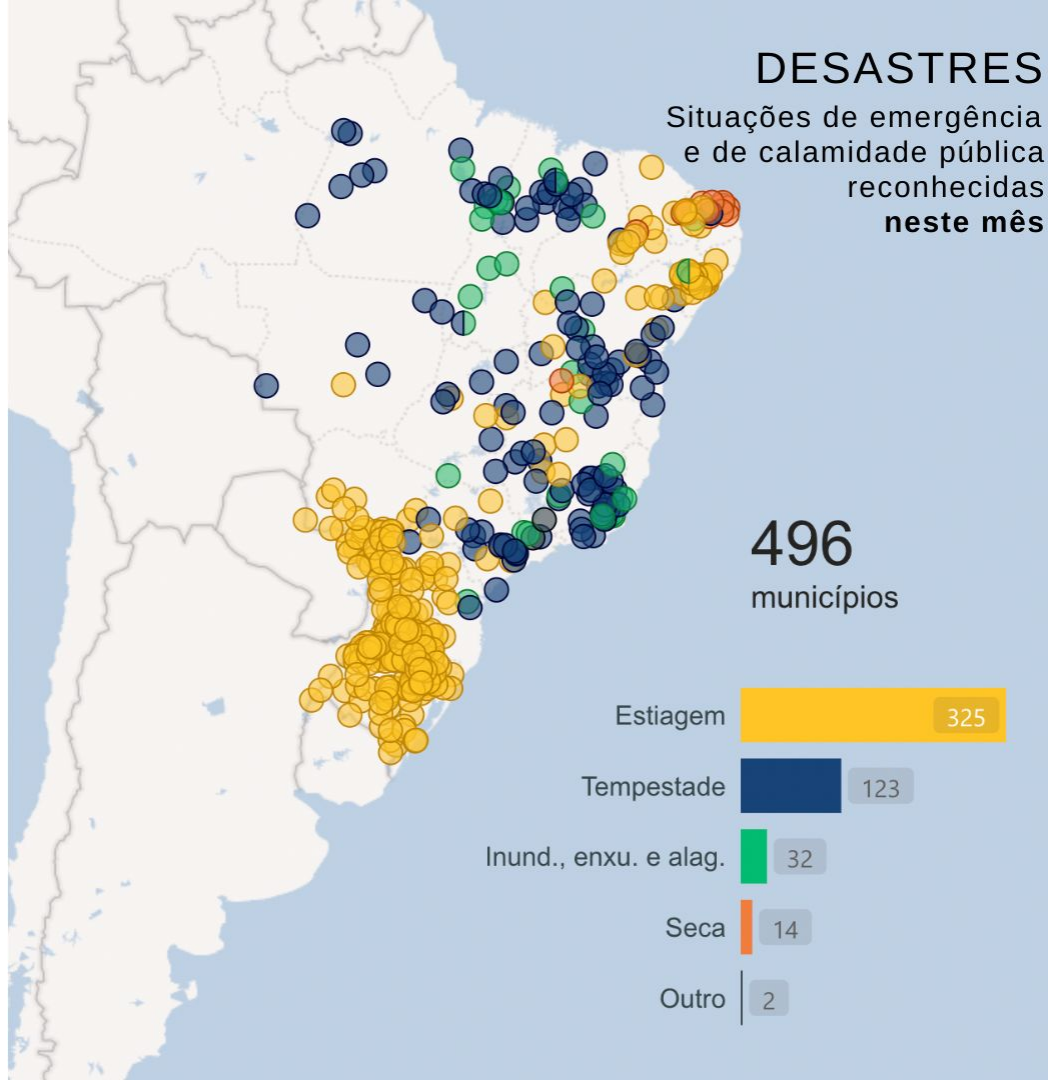
Estabelece os procedimentos e critérios para o reconhecimento federal e para a declaração de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e Distrito Federal. Os desastres podem ser: de Nível I ou de pequena intensidade, de Nível II ou de média intensidade, de Nível III ou de grande intensidade.

Poderão ser estabelecidos por meio de ato normativo específico prazo, parâmetros, critérios e procedimentos próprios de reconhecimento federal, considerando as especificidades dos tipos de desastres. Revoga a Instrução Normativa 36, de 4 de dezembro de 2020, do Ministério do Desenvolvimento Regional.

PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

Desastres

Os 26 atos de reconhecimento de Desastres somaram 496 municípios em situações de emergência e calamidade pública. Os eventos mais reportados são: Estiagem e Tempestade, respectivamente.



PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

Desastres

Fevereiro manteve a alta de desastres, ficando apenas abaixo de Janeiro passado em número de reconhecimentos de situação de emergência no DOU desde 2019, início deste levantamento. Todos os dados estão disponíveis no [Monitor de Desastres](#).

EVOLUÇÃO MENSAL DE RECONHECIMENTOS DE EMERGÊNCIA



PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

Institucional

PORTARIA Nº 667, DE 9 DE FEV. DE 2022 PLANEJAMENTO

Apresenta a *Agenda Legislativa Prioritária do Governo Federal para o ano de 2022*, incluindo:

- PL 490/2007 (Marco Temporal terras indígenas)
- PL 4847/2019 (Recursos para ações de fiscalização ambiental e reflorestamento)
- PL 3729/2004 (Licenciamento ambiental)
- PL 6539/2019 (Política Nacional sobre a Mudança do Clima)
- PL 528/2021 apensado ao PL 290/2020 (Mercado de Carbono)
- PL 5518/2020 (Concessões Florestais)
- PL 6299/2002 (Defensivos Agrícolas ou Lei do Alimento Mais Seguro)
- PLS 510/2021 e PL 2633/2020 (Regularização Fundiária)
- PL 191/2020 (Mineração em Terras Indígenas)
- PL 414/2021 (Modernização do Setor Elétrico).

PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

Mineração

DECRETO Nº 10.966, DE 11 DE FEV. DE 2022 REGULAÇÃO

Estimula o garimpo, chamado no ato de *Mineração Artesanal em Pequena Escala*, instituindo programa voltado ao Apoio e ao Desenvolvimento da atividade (Pró-Mape), com prioridade na Amazônia Legal. Estabelece uma comissão interministerial para o tema, a Comape, composta por representantes dos seguintes órgãos: I – Ministério de Minas e Energia, que a coordenará; II – Casa Civil da Presidência da República; III – Ministério da Cidadania IV – Ministério da Justiça e da Segurança Pública; V – Ministério do Meio Ambiente; e VI – Ministério da Saúde. Saiba mais no [Blog da Política Por Inteiro](#).

RESOLUÇÃO Nº 95, DE 7 DE FEV. DE 2022 REGULAÇÃO

Consolida as medidas regulatórias aplicáveis para as barragens de mineração, revogando normativas anteriores sobre o tema.

PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

Mineração

DECRETO Nº 10.965, DE 11 DE FEV. DE 2022 FLEXIBILIZAÇÃO

Altera o Decreto nº 9.406, de 12 de junho de 2018, flexibilizando a regulação ao:

- simplificar a liberação de atividades minerárias: a “ANM estabelecerá critérios simplificados para análise de atos processuais e procedimentos de outorga, principalmente no caso de empreendimentos de pequeno porte ou de aproveitamento das substâncias minerais de que trata o art. 1º da Lei nº 6.567, de 1978”;
- diminuir a responsabilidade do empreendedor, estabelecida ao titular da concessão somente “até o fechamento da mina”;
- estabelecer que o “pedido de aditamento das substâncias contidas no rejeito, no estéril e nos resíduos da mineração será objeto de decisão no prazo máximo estabelecido pela ANM”, podendo ser tacitamente aprovado se o órgão decisório não se manifestar no prazo estabelecido, invocando a Lei de Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019). Saiba mais no [Blog da Política Por Inteiro](#).

PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO – POR TEMA

Biodiversidade

DECRETO Nº 10.958, DE 7 DE FEV. DE 2022 DESESTATIZAÇÃO

Qualifica ao Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (PPI) e inclui no Programa Nacional de Desestatização (PND) as seguintes unidades de conservação: I – Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba (RJ); II – Parque Nacional da Serra da Canastra (MG); III – Parque Nacional da Serra do Cipó (MG); IV – Parque Nacional de Caparaó (MG e ES); e V – Floresta Nacional de Ipanema (SP).

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2/GABIN/ICMBIO, DE 28 DE JAN. DE 2022 REGULAÇÃO

Republica o Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade (Programa Monitora) do ICMBio com poucas alterações dos conceitos e procedimentos de implementação do programa (publicados em 2017). Destaque para a inserção da necessidade de termo de adesão para as UCs e retirada da meta de cobertura de todos os biomas até 2022 (não estabelece outro prazo).

PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

Pesca

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 3, DE 23 DE FEV. DE 2022 REGULAÇÃO

Abre seleção para as organizações da sociedade ligadas às atividades pesqueiras, a fim de compor os Comitês Permanentes de Gestão e do Uso Sustentável do Recurso Pesqueiro, no período de 2022 a 2026. Os comitês foram criados pela Rede Nacional Colaborativa para a Gestão Sustentável dos Recursos Pesqueiros (Rede Pesca Brasil), **instituída** em junho de 2021 e **regulamentada** em janeiro de 2022.

Com nove meses de atraso, o edital continua trazendo em seu escopo os problemas relacionados à representatividade de seus participantes. Os representantes serão “selecionados” pela SAP/MAPA e não indicados por seus respectivos setores. Além disso, as organizações não terão apoio para o custeio da participação, o que praticamente impede os segmentos da pesca artesanal de estarem presentes nos comitês. Para entender a importância e a ausência de comitês e colegiados participativos na gestão pesqueira, veja a publicação **Pesca por Inteiro**, da POLÍTICA POR INTEIRO.

PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

Pesca

PORTARIA INTERMINISTERIAL SBIO-MMA/SAP-MAPA/SECEX-SECINT-ME Nº 1, DE 8 DE FEV. DE 2022 FLEXIBILIZAÇÃO

Estabelece cotas contingenciadas para exportação de produtos, subprodutos, partes e a espécie inteira do tubarão *Isurus oxyrinchus* até 31 de dezembro de 2022, para espécimes pescados até 21 de dezembro de 2021. Esse tubarão está listado na Convenção Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (CITES).

O ato possibilita a exportação de tubarões que já haviam sido pescados e estavam aguardando autorização para serem comercializados, por estarem sujeitos ao controle internacional pela CITES.

Devido ao status de espécie ameaçada, a **Sociedade Brasileira de para o Estudo dos Elasmobrânquios – SBEEL** já se manifestou formalmente contra a exploração dessa espécie, uma

PRINCIPAIS ATOS DO EXECUTIVO - POR TEMA

Institucional

PORTARIA NORMATIVA Nº 3, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022 PLANEJAMENTO

Institui o Plano de Dados Abertos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, para o período 2022-2023, que pode ser acessado no [link](#). Há um cronograma de dados a serem abertos, que, se cumprido, trará informações à sociedade sobre temas como comercialização de agrotóxicos (julho/2022) e alertas prioritizados de desmatamento na Amazônia Legal (setembro/2023). Esse tipo de iniciativa contribui no processo de acessão à OCDE, no qual a transparência dos dados públicos é requisito importante.



PODER LEGISLATIVO FEDERAL

ANÁLISE DAS MOVIMENTAÇÕES E
MONITORAMENTO DAS PROPOSTAS
LEGISLATIVAS

MOVIMENTAÇÕES LEGISLATIVAS

Agrotóxicos

O Congresso retornou do recesso já fazendo caminhar a **Agenda Legislativa Prioritária do Governo Federal**, com a aprovação na Câmara do **PL 6299/2002**. O “Pacote do Veneno”, chamado pelo governo de “PL dos Defensivos Agrícolas” ou “Lei do Alimento Mais Seguro”, flexibiliza regras para utilização de agrotóxicos, centralizando no Ministério da

Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) os registros dessas substância, retirando o peso das pastas de Saúde e Meio Ambiente nesse processo. O PL está agora no Senado, onde seguirá o rito normal, segundo o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco, diferentemente do que ocorreu na Câmara, onde passou com urgência.

MOVIMENTAÇÕES LEGISLATIVAS

Regularização de terras

- PLs **2633/2020** e **510/2021**: tramitam no Senado.
- Fortes rumores de que passará pelas Comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Agricultura (CRA) do Senado, e depois ao Plenário, antes das eleições.
- Quais são os riscos? A aprovação do PL significa que quem desmatou recentemente (até 2016 ou 2017, a depender do texto final) não terá que cumprir qualquer tipo de condicionante ambiental (por exemplo, de recuperação das áreas degradadas) para receber o título. Significa ainda que serão criados incentivos / expectativas de que futuros desmates sejam novamente perdoados.
- Pode ocasionar desmatamento adicional entre 11.000 e 16.000 km² até 2027 (Fonte: Imazon).
- A legislação brasileira vigente desde 2009 prevê regularizar a situação das áreas ocupadas até 2011 e a destinação dos 43 milhões de hectares de terras públicas vulneráveis a invasões. Isso significa que 90% do passivo de áreas ainda sem título pode ser resolvido com a legislação vigente. O INCRA já está avançando com tecnologia para agilizar isso. Não há necessidade de aprovar uma nova legislação, e sim de implementar efetivamente a regra vigente.

MOVIMENTAÇÕES LEGISLATIVAS

Licenciamento ambiental

- **PL 2159/2021**: aprovado pela Câmara dos Deputados em 13 de maio de 2021, aguarda audiências públicas no Senado.
- Além de estar na Agenda Prioritária do Governo, é uma das Prioridades do Ministério da Economia para 2022 no Congresso.
- Há fortes rumores de que será priorizada nas Comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Agricultura (CRA) do Senado e poderá ir a Plenário antes das eleições.
- Este projeto de lei isenta 14 setores das obrigações de EIA existentes, incluindo gado, agricultura, extração de madeira, barragens e construção de estradas.
- Pode ocasionar um desmatamento adicional de até 53.000 km² até 2030 (Fonte: ISA & UFMG).
- Como explicado mais abaixo na seção sobre Conjuntura, há uma pressão extra forte para apreciação desta matéria em função da tentativa do governo de ligá-la à crise de abastecimento dos fertilizantes, efeito da guerra entre Ucrânia e Rússia.

MOVIMENTAÇÕES LEGISLATIVAS

Mineração em Terra Indígena

- O **PL 191/2020** é uma promessa da campanha presidencial de 2018 e foi apresentado pelo Executivo em 2020 (em **mensagem assinada conjuntamente** pelo então ministro da Justiça, Sérgio Moro, e pelo Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque). Aguarda a criação de Comissão Temporária pela Mesa Diretora da Câmara, desde então.
- O projeto regulamenta os artigos 176 e 231 da Constituição e autoriza atividades hoje proibidas dentro dos territórios indígenas, como mineração – inclusive garimpos –, geração de energia elétrica e exploração e produção de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos.
- Há uma pressão extraforte para apreciação desta matéria, puxada pela bancada ruralista, assim como o licenciamento ambiental, no contexto da crise de fertilizantes que se anuncia com a indisponibilidade de abastecimento russo.
- Recentemente, o Presidente da República tentou reacender a matéria, usando a possível falta de fertilizantes para defender mineração em terras indígenas. Um dia depois, o líder do governo, Deputado Ricardo Barros (PP-PR) começou a colher assinaturas e conseguiu protocolar requerimento de urgência para votação.

MOVIMENTAÇÕES LEGISLATIVAS

Combustíveis

- Pressão inflacionária e aumento do preço internacional do petróleo elevam a importância do tema, extremamente sensível em ano eleitoral. tema no centro da discussão (e do populismo eleitoral).
- Estiveram na pauta de votação do Senado dois projetos de lei que discutem formas de reduzir o preço dos combustíveis:
 - **PL 1.472/2021** - cria um fundo para estabilização dos preços de derivados de petróleo;
 - **PLP 11/2020** - estipula a cobrança única do ICMS sobre combustíveis
- O Presidente do Senado adiou a votação para março.
- Entraves: os estados, por meio do Fórum dos Governadores, defendem a criação do Fundo de Estabilização, enquanto o Ministério da Economia não concorda com a proposta de se dobrar o alcance do auxílio-gás. Para o governo, por exemplo, é importante incluir nos projetos a autorização para que impostos federais sejam reduzidos. Um dos entraves superado ao longo de fevereiro foi a retirada do dispositivo que previa a criação de um imposto sobre a exportação de petróleo bruto.
- O líder do MDB no Senado, Eduardo Braga, sugeriu a isenção sobre combustíveis renováveis, para favorecer e acelerar a transição e reduzir emissões de gases de efeito estufa.

MOVIMENTAÇÕES LEGISLATIVAS

Mercados de carbono

- O governo incluiu a regulação do mercado de carbono na sua lista de prioridades para o ano legislativo, e o Ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, falou publicamente em formulação de substitutivo por parte do Ministério da Economia. Porém, a pasta de Paulo Guedes não destacou a matéria dentre suas prioridades para 2022 no Congresso.
- O [PL 2148/2015](#), ao qual foi apensado o [PL 528/2021](#), de Marcelo Ramos (PSD-AM), tramita em regime de urgência e está pronto para o Plenário.

Terrenos de marinha

- Aprovada na Câmara dos Deputados, por 377 votos “grilagem marinha” em áreas que são estrategicamente aliadas para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Análise no [blog da Política Por Inteiro](#) mostrou que, além dessa PEC, a Câmara aprovou o [PL 442/91](#), que regulariza jogos de azar. Os dois projetos, se forem para frente, podem levar a uma corrida pela [construção de grandes áreas à beira mar, inclusive de clubes e resorts para hospedar cassinos](#). As duas propostas seguem para o Senado.

MOVIMENTAÇÕES LEGISLATIVAS

Reforma tributária

- A **PEC 110/2019**, que trata da reforma tributária ampla, está na pauta da Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ).
- A matéria é considerada prioridade para o governo.
- O senador Roberto Rocha (PSDB-MA), relator da Reforma Tributária, está por apresentar seu relatório.
- Fala-se em vistas após a apresentação e baixas chances de a matéria ser votada em plenário ainda em 2022.

Fertilizantes

- O Senado pressiona o governo federal pela publicação do Plano Nacional de Fertilizantes.
- Em sessão no dia 17/2, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado aprovou um requerimento para realização de audiência pública sobre esse tema com representantes do Ministério da Agricultura (MAPA), do Ministério das Minas e Energia (MME) e da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência (SAE).

NOVAS PROPOSIÇÕES

Projetos de lei*

Tema	Proposta(s)
Cria a Política Nacional de Segurança dos Povos Indígenas	Projeto de Lei (PL) 366/2022 – Autoria do senador Telmário Mota (PROS/RR)
Veda a pesca de arrasto tracionada por embarcações motorizadas em águas continentais e no mar territorial e zona econômica exclusiva	Projeto de Lei (PL) 347/2022 – Autoria do deputado Carlos Gomes (REPUBLIC/RS)
Exclui o Mato Grosso da Amazônia Legal	Projeto de Lei (PL) 337/2022 – Autoria do deputado Juarez Costa (MDB/MT)

**Destacamos os Projetos de Lei mais relevantes entre os apresentados no mês*

NOVAS PROPOSIÇÕES

Decretos Legislativos*

Tema	Proposta(s)
Sustar o Decreto 10.935 de 2022 que dispõe sobre a proteção das cavernas	PDL 4/2022 – Autoria da deputada Áurea Carolina (PSOL/MG). PDL 5/2022 – Autoria da deputada Marília Arraes (PT/PE). PDL 6/2022 – Autoria do deputado Rodrigo Agostinho (PSB/SP), PDL 8/2022 – Autoria do deputado Rafael Motta (PSB/RN). PDL 9/2022 – Autoria do deputado Túlio Gadêlha (PDT/PE). PDL 13/2022 – Autoria dos deputados Reginaldo Lopes (PT/MG) e Nilto Tatto (PT/SP).
Sustar os efeitos do Decreto nº 9.806/2019, que altera a composição e o funcionamento do Conama	PDL 26/2022 - Autoria do deputado José Guimarães (PT/CE)

**Destacamos os Decretos Legislativos que propõem sustar atos normativos do presidente da República.*

NOVAS PROPOSIÇÕES

Decretos Legislativos*

Tema	Proposta(s)
Sustar os efeitos do Decreto Federal 10.666/2022 que instituiu o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala e a Comissão Interministerial para o Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala	<p>PDL 31/2022 (Helder Salomão – PT/ES). PDL 33/2022 (Reginaldo Lopes – PT/MG). PDL 34/2022 (Joenia Wapichana – REDE/RR , Túlio Gadêlha – PDT/PE). PDL 35/2022 (Professor Israel Batista – PV/DF, Célio Studart – PV/CE). PDL 39/2022 (Professor Israel Batista – PV/DF , Célio Studart – PV/CE). PDL 40/2022 (Sâmia Bomfim – PSOL/SP, Vivi Reis – PSOL/PA, Glauber Braga – PSOL/RJ, Luiza Erundina – PSOL/SP, Fernanda Melchionna – PSOL/RS, Áurea Carolina – PSOL/MG, Ivan Valente – PSOL/SP, Talíria Petrone – PSOL/RJ). PDL 37/2022 (Orlando Silva – PCdoB/SP). PDL 41/2022 (Perpétua Almeida – PCdoB/AC).</p>

**Destacamos os Decretos Legislativos que propõem sustar atos normativos do presidente da República.*

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

AS MOVIMENTAÇÕES NAS
PRINCIPAIS AÇÕES SOBRE CLIMA
E MEIO AMBIENTE



FOTO: MARCELLO CASAL JR/AGÊNCIA BRASIL

JUDICIÁRIO

Cavernas (ADPF 935)

Foi iniciado e suspenso o julgamento virtual, por pedido de vistas do ministro Dias Toffoli, da liminar que barrou os efeitos do [Decreto 10.935/2022](#). A norma, editada em janeiro, reduziu a proteção às cavernas brasileiras. A ADPF é movida pela Rede Sustentabilidade, que argumenta que as regras trazidas pelo decreto "violam a Política Nacional de Biodiversidade e vários tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, como a Convenção da Diversidade Biológica". O ministro Lewandowski e a ministra Cármen Lúcia votaram a favor da confirmação da medida cautelar (liminar) conferida por Lewandowski em 24 de janeiro de 2022, suspendendo, até julgamento final, a eficácia dos arts. 4º, I, II, III e IV e 6º do Decreto 10.935/2022. Veja análise completa em [nosso blog](#).

Indígenas (ADPF 709)

O ministro relator Luís Roberto Barroso acatou os pedidos da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), destacando-se a determinação de que seja realizada “a implementação de atividade de proteção territorial nas terras indígenas pela FUNAI, **independentemente de estarem homologadas**” (grifos da decisão do ministro).



STOP WAR
IN UKRAINE

CONJUNTURA

OS PRINCIPAIS FATOS E AS
POLÍTICAS EM CURSO

CRISES

Guerra na Ucrânia e transição para baixo carbono

- Logo antes da guerra eclodir, a Conferência de Segurança de Munique (18/2) enumerou a crise entre a Rússia e a Ucrânia entre as tensões geopolíticas que poderiam prejudicar os esforços para conter o aquecimento global internacional.
- Durante a Conferência, o enviado especial do clima dos EUA, John Kerry, **advertiu que o aumento do custo da energia causado pela crise política pode elevar a cautela na tomada das duras e necessárias medidas para reduzir as emissões de gases estufa.**
- Após a eclosão do conflito, aumentaram as incertezas sobre como aliar segurança energética e as metas do Acordo de Paris porque os governos buscam compensar o aumento dos preços dos combustíveis para os consumidores, via subsídios.
- A invasão russa pressiona a União Europeia a acelerar a transição para as energias renováveis, para reduzir sua dependência de gás da Rússia.
- A Alemanha suspendeu a operação do gasoduto Nord Stream 2, de propriedade da estatal russa Gazprom.
- O preço do barril de petróleo disparou, passando os US\$ 100. Analistas dizem que quanto mais a guerra durar, maior a chance de permanecer acima dessa marca.
- O preço da tonelada de carbono no EU-ETS caiu para € 70.
- A energia nuclear voltou à baila como opção em países como Finlândia, Alemanha e até Filipinas.
- Elon Musk, fundador da Tesla, vocalizou o desejo de que a **produção de óleo e gás seja retomada** "como medida excepcional de guerra".

CRISES

Guerra na Ucrânia e risco de crise no Brasil

- Há risco de que a guerra resulte em desabastecimento de insumos agrícolas - principalmente de potássio, produto do qual o Brasil depende de importações.
- Acompanhando também cenário global, há pressão inflacionária por causa do preço do petróleo. O governo estuda programa para subsidiar combustíveis.
- A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, afirmou que a guerra na Ucrânia deve levar à inflação de alimentos no Brasil.
- A ministra pontuou que o Brasil tem fertilizantes suficientes para o plantio até outubro.
- A ministra viajará ao Canadá e também está em tratativas com o Irã. Além disso, tem se falado em possíveis fontes domésticas.
- O governo passou a usar a guerra como pretexto para defender agendas que já lhe eram prioritárias: afrouxamento de regras de licenciamento ambiental e liberação de mineração em terras indígenas.
- Os pesquisadores Raoni Rajão e Bruno Manzolli mostraram “que é possível garantir todo potássio consumido no Brasil para além de 2100 com reservas nacionais. E 2/3 desses depósitos estão fora da Amazônia legal”.

CRISES / RETROCESSOS / POLÊMICAS

CONABIO

Não houve avanços em fevereiro sobre o trabalho da Comissão Nacional da Biodiversidade (Conabio), mas logo no início de março foi publicada norma datada de dezembro (**RESOLUÇÃO CONABIO Nº 8, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2021**) pela qual o colegiado concluiu “pela não objeção intersetorial colegiada quanto à proposta de Lista nacional de espécies ameaçadas de extinção”. O ator indicou a publicação da lista apreciada no site da Conabio. Porém, após publicação da relação, em 2 de março, ela foi alterada.

Seis espécies de tubarões que estavam na primeira listagem divulgada, destacadas em negrito, foram retiradas (dentre as quais a *Isurus oxyrinchus*, cuja exportação foi **regulamentada** em fevereiro, sob polêmica, como apontado na seção Pode Executivo).

Este foi um exemplo de como o método de divulgação de documentos por meio de links no Diário Oficial da União, sem a íntegra de seus conteúdos, prejudica a transparência. No **Blog da Política Por Inteiro**, uma análise detalha a questão.

ALERTAS

Novo relatório do IPCC

Foi lançado o **6º relatório de avaliação do Grupo de Trabalho II do IPCC** sobre adaptação, impactos e vulnerabilidades das mudanças climáticas. Juntamente com o relatório do Grupo de Trabalho 3 sobre Mitigação, a ser lançado em início de abril, ele será a base científica sobre a qual serão tomadas decisões críticas nos próximos meses e anos, uma vez que o próximos grandes relatórios do IPCC só serão publicados no final desta década.

Acesse a análise no [Blog da Política Por Inteiro](#).

Destaques do relatório do Grupo II:

- coloca ênfase no potencial das respostas baseadas na natureza e nos ecossistemas e uma rápida transformação dos sistemas alimentar e agrícola para apoiar a adaptação e a mitigação;
- aborda justiça climática e equidade, bem como a importância de diversas formas de conhecimento, como o indígena;
- identifica limites de adaptação – níveis de aquecimento além dos quais humanos, animais e sistemas naturais não podem se adaptar;
- tem foco nos impactos regionais, beneficiando-se de modelos aprimorados e conhecimento de como os impactos globais se manifestam regionalmente;
- pela primeira vez, traz um olhar sobre o impacto social da mudança climática na região da Amazônia, que abriga nove países, entre eles o Brasil; e
- avalia os benefícios dos esforços de adaptação até o momento, bem como destaca as lacunas na implementação

EM ESPERA

Mudança do Clima

O Ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, recomendou, em ofício ao presidente Jair Bolsonaro, a urgente revisão da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) frente ao agravamento da crise do clima. Ele usou o desastre humanitário e climático vivido em Petrópolis como subterfúgio para essa medida.

Entretanto, como já evidente na carta-convite da OCDE para acessão do Brasil, a real urgência é de implementação das políticas existentes. Esse déficit tem levado a menores prevenção e adaptação climática, que estão na base dos problemas repetidos na região Serrana do Rio.

"A PNMC supramencionada, instituída no final de 2009, apresenta-se obsoleta para os dias presentes e necessita de atualização urgente, em especial para abarcar as novas metas assumidas pelo país recentemente na COP26 e para atender aos anseios de toda a sociedade civil neste tema de crescente importância", diz trecho do ofício do MMA.

É necessária atenção na revisão para que não ocorram retiradas de conteúdo relevantes, como o artigo vigente que impõe metas de redução de emissões para o ano de 2020 – não cumpridas. Dentre elas, a redução de 80% do desmatamento na Amazônia naquele ano. O descumprimento da meta é objeto de ações judiciais contra o Estado.

EM ESPERA

Mudança do Clima

O Comitê Interministerial de Mudança do Clima e Crescimento Verde (CIMV), estabelecido em outubro do ano passado, realizou a sua primeira reunião ordinária. Sabe-se que esteve na pauta a aprovação do texto da atualização da NDC, conforme anúncio realizado pelo governo brasileiro na COP26, em Glasgow; a criação de grupo técnico para subsidiar a implantação dos mecanismos técnicos para a implantação do Artigo 6º do Acordo de Paris; e a aprovação da Minuta de Projeto de Lei para a atualização da Política Nacional de Mudança do Clima (PNMC), que esteve em **consulta pública entre novembro e dezembro**. Porém, o único documento público emitido após a reunião foi a **PORTARIA MMA Nº 47, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022**, que designou os membros titulares e

suplentes da Comissão Técnica do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima e Crescimento Verde.

A **Política Por Inteiro** buscou informações via Lei de Acesso à Informação (LAI), mas recebeu como resposta que as reuniões têm “caráter reservado” e que as informações públicas disponíveis estão no [site do comitê](#).

No aguardo do CIMV:

- submissão oficial do Brasil à UNFCCC com atualização da NDC;
- envio de proposta de PL de iniciativa do Poder Executivo para revogar a Lei 12.187/2009, da PNMC.

EM SUSPENSO

Alguém tem notícias?

- Programa de Crescimento Verde, lançado em outubro de 2021, não teve andamentos ou informações publicadas ainda.
- A Lei do PSA segue sem informações acerca da sua regulamentação/implementação.

NO RADAR - BRASIL

Floresta+

O Floresta+Amazônia abriu em fevereiro **as inscrições** para “Agente de Atendimento Local” para atuação em Manaus/AM, especialmente para atendimento dos potenciais beneficiários e realização/declaração de imóveis no Cadastro Ambiental Rural (CAR). A equipe do Pará **recebeu treinamento** sobre análise/validação do CAR. No Floresta+Agro, foi lançado em evento em Dubai, **promovido pela ApexBrasil**, iniciativa com a Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa). E houve **reunião** entre o ministro Joaquim Leite e a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG).

Adote um Parque

O Programa Adote um Parque fez um ano. Entre discursos e poucas novidades abertas aos cidadãos, o programa, que esteve constantemente na pauta do ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, perdeu espaço com Joaquim Leite. Confira no **Blog da Política Por Inteiro** material exclusivo sobre o tema com a análise dos processos e demais informações obtidas, bem como os materiais que já publicamos sobre o tema.

Paraná

O Instituto Água e Terra do Paraná publicou a **Portaria 042, de 23 de fevereiro de 2022**, que estabelece a inclusão do Diagnóstico Climático em Estudos de Impacto Ambiental (EIA), no âmbito do licenciamento ambiental, em consonância à Política Estadual sobre Mudança do Clima, nos moldes do diagnóstico ambiental, exigido atualmente dos meios físico, biótico e socioeconômico da área do projeto.

Minas Gerais

Mineradoras de Minas Gerais **firmaram acordo** com autoridades estaduais e federais (dentre elas Ministério Público Federal e a Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM) para prorrogar o prazo para extinção das barragens de mineração construídas no método conhecido como “a montante”. Ele vence no dia 25 de fevereiro de 2022. Eram desse tipo as estruturas que ocasionaram os desastres de Mariana e Brumadinho, ambas em MG. Nos dois casos, a Vale, que anunciou seu lucro recorde de R\$ 121,2 bilhões em 2021, estava envolvida (seja como operadora direta do empreendimento ou como acionista).

Poluição Plástica

Antes do fechamento deste documento, já no início de março, foi aprovada na 5ª Sessão das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEA-5.2) uma resolução histórica pelo **Fim da Poluição Plástica**. A resolução visa a estabelecer um acordo internacional juridicamente vinculante até 2024. Foi estabelecido um Comitê Intergovernamental de Negociação (INC) que deverá ser convocado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) até o final de 2022.

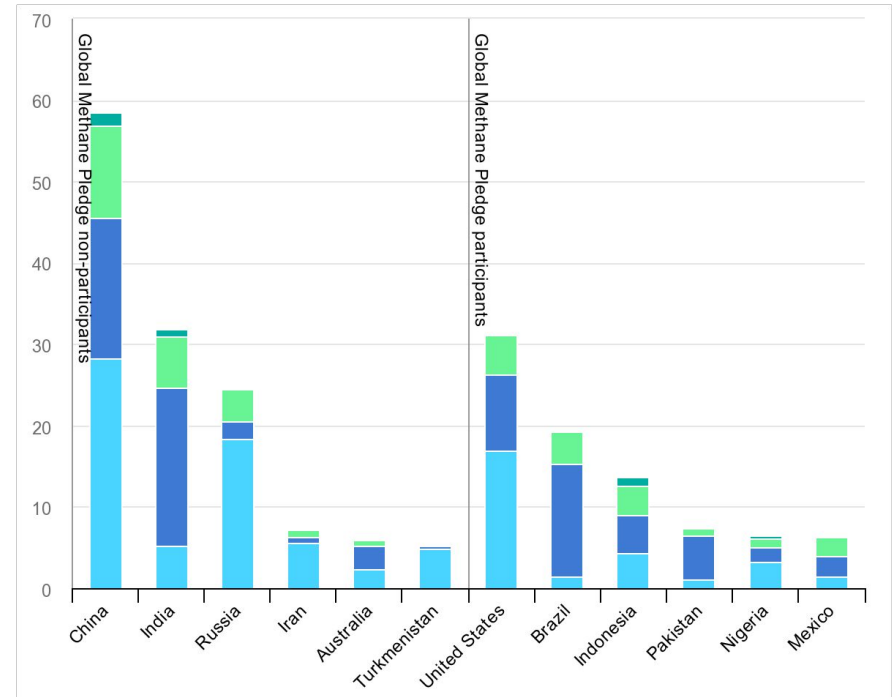
Um grande passo para enfrentar uma das indústrias mais poluentes do planeta, desde o processo de fabricação, que chegou a emitir, apenas **em 2019, mais de 850 milhões de toneladas de gases de efeito estufa**, até seu produto final, um dos maiores problemas no oceano.

Segundo afirmou a diretora Executiva do PNUMA, Inger Anderson: **“Este é o acordo ambiental multilateral mais importante desde o Acordo de Paris. É uma política de seguro para esta geração e outras futuras, para que possam viver com o plástico e não ser condenadas por ele”**.

NO RADAR - INTERNACIONAL

Metano

- A Agência Internacional de Energia (IEA) lançou um monitor das emissões de metano no mundo. Países e empresas emitem 70% mais metano do que vem declarando.
- O Brasil é o 5º maior emissor, principalmente por conta de atividades na agropecuária.
- No top5, apenas Brasil e EUA aderiram ao Global Methane Pledge.
- Mas faltam políticas e processos específicos para medir melhor e reduzir emissões em nosso país. O assunto rendeu [reportagem no Financial Times](#).
- O MAPA tem um grupo interno trabalhando para questões de metano. O Ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, tem declarado que um programa de biometano será lançado em breve, com o setor agropecuário.



AMAZÔNIA

UM OLHAR ESPECIAL PARA SUAS
POLÍTICAS AMBIENTAIS

1

5

3

AMAZO

ACRE

RONDÔNIA

DESTAQUES DE FEVEREIRO

Legislativo

AMAZONAS • TEMA: DESASTRES

Projeto de Lei Ordinária nº 38 de 2022 - Institui o Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil.

A proposta prevê abrir crédito adicional de R\$ 10 milhões para atender às necessidades básicas de municípios afetados pelas enchentes, entre outros desastres. Para entrar em vigor, o PL ainda depende de aprovação do plenário, já que atualmente tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) da ALEAM.

Executivo

RONDÔNIA • TEMA: MUDANÇA DO CLIMA

Portaria nº 138 de 10 de fevereiro de 2022 - Institui o Grupo de Trabalho Governança Climática e Bioeconomia do Estado de Rondônia.

A norma cita dispositivos nacionais e internacionais que tratam da mudança do clima e prevê um esforço em torno da articulação, estudos e projetos para “aumentar as ferramentas de enfrentamento às mudanças climáticas” no Estado de Rondônia.

DESTAQUES DE FEVEREIRO

Executivo

ACRE • TEMA: INSTITUCIONAL

Decreto nº 10.996, de 10 de fevereiro de 2022 - Cria o Grupo Operacional de Comando e Controle do Estado do Acre, que será coordenado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG e vice coordenado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e das Políticas Indígenas – SEMAPI.

A norma considera o aumento nos índices de desmatamento no Estado do Acre em relação ao ano anterior, o que exige do poder público uma resposta contundente de intervenção.

ACRE • TEMA: INSTITUCIONAL

Decreto nº 10.994, de 10 de fevereiro de 2022 - Reduz a base de cálculo do ICMS nas operações interestaduais com gado bovino.

Reduz em 80% a base de cálculo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS nas saídas interestaduais de boi e vaca gordos para abate, nas operações destinadas aos Estados do Amazonas, Rondônia e Roraima. A medida vale até 2024, com possibilidade de prorrogação de acordo com o **Convênio ICMS 178**.

DESTAQUES DE FEVEREIRO

Executivo

ACRE • **TEMA: DESASTRES**

Decreto nº 026/2022, de 28 de fevereiro de 2022 - Declara situação anormal, caracterizada como “situação de emergência nível ii” nas áreas do município de Cruzeiro do Sul afetadas pela ocorrência da inundação do Rio Juruá.

Foram atingidas cerca de 28 mil pessoas, em área urbana e rural, deixando comunidades isoladas e sem energia elétrica.

Acesse o [balanço mensal](#) do Foco Amazônia na íntegra

An aerial, black and white photograph of a tropical beach. In the foreground, a row of four thatched huts with wooden poles stands on the sand. To the left, a small structure is partially submerged in the shallow water, with a few people nearby. The ocean extends to the horizon under a cloudy sky.

TENDÊNCIAS

PARA ONDE CAMINHAMOS NO
BRASIL E NO MUNDO

FOTO: RIO TAPAJÓS, 2022.

BRASIL

Governo federal

Março se inicia com as seguintes pautas em alta: **fertilizantes, mineração em terras indígenas, mudança do clima, combustíveis e licenciamento ambiental**.

O **Plano Nacional de Fertilizantes** já foi objeto de preocupação pelo Legislativo e agora se engrandece nos discursos governamentais. A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, prometeu lançar o plano até 17 de março. Em 2021, foi criado no MAPA um [grupo de trabalho para elaborá-lo](#) – bem antes da eclosão da guerra na Ucrânia.

A reboque, temos a tentativa de aprovação do **PL 191/2020**, que busca liberar **mineração em terras indígenas**. Assim, a perspectiva é de que tais assuntos avancem ou mesmo sejam aprovados nos próximos meses.

Já na pauta climática, há expectativa de depósito formal, pelo Brasil, da sua **NDC atualizada** (sem consulta pública), bem como de proposta de revisão da PNMC, nos termos das discussões ocorridas no âmbito da CIMV e buscando remover a responsabilidade pelo cumprimento das metas até 2020. E preparativos e “balões de ensaio” até o evento Mercado Global de Carbono – Oportunidades Verdes, organizado pelo MMA, em maio.

BRASIL

Governo federal

Licenciamento ambiental: além da tramitação dos projetos no Legislativo, o governo federal prepara um decreto que diminui competências federais e aumenta as competências estaduais, como noticiado em [reportagem do Estadão](#).

Por exemplo, portos, hidrovias e usinas térmicas passariam a ser licenciadas pelos Estados, não mais pelo Ibama.

Em combustíveis, a tramitação dos projetos de lei que tratam da matéria devem prosseguir, ainda sem perspectiva concreta de desfecho, dada a complexidade das negociações.

BRASIL

Congresso Nacional

Permanece a perspectiva delineada na última Análise Mensal de votação de agendas prioritárias (especialmente no contexto eleitoral) para o Executivo e bancadas como:

- regularização fundiária;
- licenciamento ambiental;
- marco legal do setor elétrico (com urgência);
- combustíveis; e
- mineração em terras indígenas.

Ato em Brasília

Em resposta à agenda do Congresso Nacional, haverá ato em Brasília contra o que vem sendo chamado “pacote da destruição” (projetos que têm impacto negativo significativo às pautas socioambientais e climáticas), no dia 9 de março. O "Ato pela Terra" está sendo convocado pelo cantor Caetano Veloso com lideranças, entidades e organizações da sociedade civil organizada.

Além do ato, artistas e ativistas se reunirão com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco.

BRASIL

Eleições

- **Lula** (40% intenção dos votos): no Twitter, criticou a privatização da Eletrobras, falou de crescimento econômico atrelado ao meio ambiente e comemorou a conclusão da transposição do rio São Francisco.
- **Bolsonaro** (32%): assinou **decreto** que institui programa de apoio à “mineração artesanal”. No Twitter, apoiou o avanço do **PL 191/2020**, de autoria do poder executivo, que regulamenta a exploração de recursos em terras indígenas.
- **Ciro** (7%): no Twitter, falou de criação de alternativas e não punição para resolução do desmatamento
- **Moro** (6%): falou em “**prevenção à mudança climática**” e criação do programa Vigia Verde para combate do desmatamento ilegal na Amazônia. No Twitter, criticou a suspensão de contratações de crédito rural.

NO RADAR - INTERNACIONAL

OCDE

Como reflexo da guerra entre Rússia e Ucrânia, a OCDE **encerrou** o processo de acesso da Rússia. O país era um dos postulantes a integrar a Organização, assim como o Brasil.

Com esse ato, a OCDE sinaliza que está atenta aos acontecimentos dos países e seus posicionamentos, podendo refletir nas exigências a serem feitas ao Brasil.

Cabe lembrar que até o momento não tivemos andamentos no processo de acesso do Brasil à OCDE, mas tão somente a inclusão, via **Decreto**, da Chefia da Secretaria de Governo da Presidência da República no Conselho Brasil - OCDE.

Porém, **há um encontro ministerial de meio ambiente programado para final de março**. O Brasil foi convidado a participar. Há alguma chance do *roadmap* para o Brasil ser anunciado em torno dessa data.

NO RADAR - INTERNACIONAL

Convenção da Biodiversidade - CDB

As últimas reuniões preparatórias para a COP 16 ocorrerão entre 13 e 29 de março, presencialmente, em Genebra.

Serão realizadas, paralelamente: 24ª Reunião do SBSTTA (Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico, Técnico e Tecnológico), 3ª Reunião do SBI (Órgão Subsidiário de Implementação da Convenção) e a 3ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre o Quadro Global da Biodiversidade Post 2020 (WG2020 -3).

O principal resultado esperado é a finalização do novo **Quadro Global para a Biodiversidade** com metas a serem cumpridas até 2030 para se conter a perda de biodiversidade.

Uma das metas ainda sob colchetes é sobre os percentuais de áreas protegidas: pretende-se aumentar para 30% para os ambientes terrestres e 30% para o oceano global.

Vários países defendem o 30x30 enquanto a delegação brasileira força a negociação para que esses percentuais sejam apenas para o âmbito nacional, o que pode prejudicar as negociações do novo acordo global sobre Biodiversidade Marinha além das Jurisdições Nacionais - BBNJ, que acontecerá também em março. As intenções brasileiras parecem ser interesses minerários e militares no Atlântico Sul.

NO RADAR - NACIONAL E INTERNACIONAL

Agenda 2022

- 3 de março a 1º de abril: Eleições - janela partidária (troca de siglas sem perda de mandato)
- 7 a 18 de março: 4a Sessão da Intergovernmental Conference on Marine Biodiversity of Areas Beyond National Jurisdiction - BBNJ, Nova York, ONU
- 13 a 29 de março: Reuniões preparatórias para a COP15 da CDB (**SBSTTA 24, SBI 3 e WG2020 3**), Genebra, Suíça
- 4 de Abril: IPCC - Publicação do Relatório do **Grupo III** (sobre mitigação)
- 5 de Abril: Eleições 2022 - Prazo final da desincompatibilização de candidatos que ocupam cargos públicos (incluído ministros e governadores)
- 2 a 3 de Junho: **Estocolmo +50**
- 6 a 16 de Junho: UNFCCC - Negociações intersessionais, incluindo:
 - Diálogos de Glasgow sobre Perdas e Danos (SB56)
 - **Diálogo SBSTA Ocean and Climate Change**
- 23 de Junho - STF - Julgamento do caso do 'marco temporal' relativo a terras indígenas
- 26 a 28 de Junho: G7 - Cúpula
- 27 de Junho a 10 de Julho: **Oceano** - II Conferência da ONU, Lisboa, Portugal
- 1º de julho - Entra em vigor a **Resolução CMN nº 4.945/2021**, que obriga instituições financeiras a estabelecer a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática
- 20 de julho a 5 de agosto: Eleições - convenções partidárias
- Julho a setembro: COP15 CDB em **Kunming, China** (ainda sem data definida)
- A partir de 16 de Agosto: Eleições - início da propaganda eleitoral
- 1 de Setembro: IPCC - **6o Relatório de Avaliação** (AR6 - consolidado)
- 13 a 20 de Setembro: 77ª Assembleia Geral da ONU, em Nova Iorque
- 2 de Outubro - Eleições: votação do 1º turno
- 17 a 19 de Outubro: Rio+30 com foco em Cidades
- 20 a 31 de Outubro: G20 - Cúpula
- 7 a 18 de Novembro - COP27 em Sharm El Sheik, Egito



**política
por inteiro**

Termos de uso

Esta análise pode ser compartilhada e citada, na íntegra ou em partes, desde que creditada apropriadamente.

Contato

politicaporinteiro.org

contato@politicaporinteiro.org

Iniciativa



Apoio



NICFI

Norway's
International Climate
and Forest Initiative